

# **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS REGULARES: UMA REFLEXÃO SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR**



## **INCLUSIVE EDUCATION IN REGULAR SCHOOLS: A REFLECTION ON THE INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS IN REGULAR EDUCATION**

### **IVANILDE SOUZA FORTUNATO MIGUEL**

Graduação em Pedagogia pela Faculdade De Presidente Prudente (2005); Especialista em Práticas de Alfabetização e Letramento pela Universidade de São João Del Rei (2014); Professora de Ensino Fundamental II Sala de Recursos - deficiência intelectual na EE Prof.ª Mirelle Pesce Desidere, Professor de Educação Básica na EM João Sebastião Lisboa.

### **RESUMO**

O artigo aqui apresentado, tem como objetivo principal apresentar uma análise reflexiva sobre a inclusão, análise esta foi realizada em práticas cotidianas e em revisões bibliográficas que teve seu embasamento teórico nas políticas públicas, contudo apresentou a triste realidade do cenário que a inclusão se encontra distante das salas de aula. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo geral uma discussão a respeito dos alunos portadores de deficiência; e como objetivos específicos, tentar compreender e detectar o modo peculiar de como o estudante se situa no mundo, o que permite desenvolver a prática docente auxiliando o desenvolvimento em consonância com os objetivos propostos. A elaboração de uma escola inclusiva consiste em diversas etapas e ambientes para serem pensados e analisados junto com gestão, corpo docente e discente, grupo de apoio, a família e a comunidade que irá através de conhecimentos propiciar uma escola onde o ambiente seja seguro e acolhedor e igualitário para todos. Devemos também tomar conhecimento da importância desse convívio tanto do aluno que necessita por qualquer motivo que seja dessa inclusão, mas também da importância desse convívio para os outros alunos, pois dentro desse relacionamento serão estimuladas muitas capacidades e entre elas a aceitação as diferenças.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação inclusiva; Alunos necessidades especiais; Reflexão.

## ABSTRACT

The main objective of the article presented here is to present a reflective analysis on inclusion, an analysis that was carried out in everyday practices and in bibliographic reviews that had their theoretical basis in public policies, however it presented the sad reality of the scenario that inclusion is far from the classrooms. In this sense, this research has as its general objective a discussion about students with disabilities; and as specific objectives, to try to understand and detect the peculiar way in which the student is situated in the world, which allows teaching practice to be developed in line with the proposed objectives. The development of an inclusive school consists of several stages and environments to be thought out and analyzed together with management, teaching staff and students, support groups, the family and the community, which through their knowledge will provide a school where the environment is safe and welcoming and equal for all. We must also be aware of the importance of this interaction both for the student who needs this inclusion for whatever reason, but also of the importance of this interaction for the other students, because within this relationship many skills will be stimulated and among them acceptance of differences.

**KEYWORDS:** Inclusive education; Special needs students; Reflection.

## INTRODUÇÃO

O direito do aluno com necessidades educativas especiais e de todos os cidadãos à educação é um direito constitucional. A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir.

Fala-se de uma escola que se prepara para enfrentar o desafio de oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para todos os seus alunos. Considerando que, cada aluno numa sala de aula apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem, o desafio da escola hoje é trabalhar com essas diversidades na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino-aprendizagem, eliminando definitivamente o seu caráter segregacionista, de modo que seja incluído neste processo todos que dele, por direito, são sujeitos.

Este novo olhar da escola implica na busca de alternativas que garantam o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no seu interior. Assim, o que se deseja é a construção de uma sociedade inclusiva compromissada com as minorias, cujo grupo inclui os portadores de necessidades educacionais especiais.

A escola, para que possa ser considerada um espaço inclusivo, precisa abandonar a condição de instituição burocrática, apenas cumpridora das normas estabelecidas pelos níveis centrais. Para

tal, deve transformar-se num espaço de decisão, ajustando-se ao seu contexto real e respondendo aos desafios que se apresentam. O espaço escolar, hoje, tem de ser visto como espaço de todos e para todos.

## DESENVOLVIMENTO

A Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelece que a educação é direito de todos. Isso garante atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais.

A educação inclusiva propõe que todas crianças e adolescentes com necessidades especiais sejam matriculadas na escola regular, baseando-se no princípio de educação para todos. A nova proposta de educação inclusiva foi deflagrada pela Declaração de Salamanca (Conferência Mundial sobre educação para todos em 1994), a qual proclamou, entre outros princípios, o direito de todos à educação, independentemente das diferenças individuais. Diante da proposta de educação Inclusiva, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por objetivo atender todas as crianças e adolescentes, sem exceção.

Quando a escola comum assume uma educação inclusiva e integradora, precisa, antes de tudo, adequar seu currículo, programas, conteúdos e, em especial, estruturar uma proposta político-pedagógica que venha a atender as reais necessidades de cada indivíduo.

Assim, pensar a inclusão exige uma mudança de postura frente ao processo de ensino e de aprendizagem diante das necessidades especiais dos alunos. Se, por um lado, há avanços no tratar a Educação Inclusiva, manifestando as preocupações, desenvolvendo debates, estudos e pesquisas em torno desse assunto; por outro, há um entendimento de que os alunos com necessidades especiais ainda devem permanecer em escolas especializadas em educá-los e desenvolvê-los, sem a possibilidade de integração à escola comum e sem participação social. Para tanto, compete um trabalho coletivo, apoiado por uma política democrática, que busque uma ação interdisciplinar e viabilize a proposta de uma educação inclusiva, de igual oportunidade, mesmo na diferença.

Segundo Glat (1995, p. 46), incluir, significa integrar um aluno ou um grupo na educação regular, o que lhe é de direito, num espaço que possibilite exercer a cidadania e ter acesso aos diferentes saberes. A inclusão não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas sim, apoiar toda a comunidade escolar para que todos juntos possam fazer da escola um espaço de inclusão.

A formação e prática pedagógica do professor também devem estar alicerçadas nos princípios da ética profissional, compromisso e aceitação da educação inclusiva. Portanto, o trabalho do professor deve consistir no acompanhamento dos alunos, no desenvolvimento de suas potencialidades plenas, e, para isso, são necessárias novas abordagens educacionais na sua prática pedagógica, abordagens estas, numa perspectiva interacionista, que possibilita uma maior aproximação dos alunos com necessidades especiais, em relação aos demais, e à realidade que os rodeia.

Outro aspecto muito importante para a inclusão de crianças e adolescentes está relacionado à família. A família deve ser orientada e motivada a colaborar e participar do programa educacional, promovendo desta forma uma interação maior com a criança. Também é fundamental que a família incentive a prática de tudo que a criança assimila.

A qualidade da estimulação no lar e a interação dos pais com a criança se associam ao desenvolvimento e aprendizagem de crianças com necessidades educacionais especiais.

A educação inclusiva tem sido conceituada como um processo de educar conjuntamente, por isso a importância da união entre família e escola. A inclusão beneficia a todos, uma vez que sentimentos sadios de respeito à diferença, de cooperação e de solidariedade podem se desenvolver.

Este novo olhar da escola implica na busca de alternativas que garantam o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no seu interior. Assim o que se deseja é a construção de uma sociedade inclusiva compromissada com as minorias, cujo grupo inclui os alunos com necessidades educacionais especiais.

Segundo Sasaki (1997), a Constituição Federal de 1988 propõe avanços significativos para a educação escolar de pessoas com necessidades especiais, quando elege como fundamentos da República, a cidadania e dignidade da pessoa humana (art.1º, incisos II e III) e, como um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). Ela garante ainda o direito a igualdade (art. 5º) e trata no artigo 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Esse direito deve visar ao “Pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O direito à educação de todos, leva-nos a refletir sobre as características de uma escola inclusiva. Uma instituição que possa desafiar a busca de alternativas que garantam o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no seu interior. Assim, o que se deseja, na realidade, é a construção de uma sociedade inclusiva compromissada com as minorias, cujo grupo inclui os portadores de necessidades educativas especiais.

Conforme Werneck:

a inclusão vem quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados. Assim, necessitamos de uma nova escola que aprenda a refletir criticamente e a pesquisar. Uma escola que não tenha medo de se arriscar, com coragem suficiente para criar e questionar o que está estabelecido, em busca de rumos inovadores, e em respostas às necessidades de inclusão. E nesta busca de respostas para atender à diversidade, o processo pedagógico fica, com certeza, mais rico, propiciando uma melhor qualidade de educação para todos. São dessa forma que todos se beneficiam da educação inclusiva, que todos se enriquecem: alunos, professores, família e comunidade (WERNECK,1997, p. 30).

Assim, analisando as palavras de Werneck, precisa-se refletir sobre a importância de como atuar numa escola inclusiva, compreendendo o aluno portador de necessidades educativas especiais e o respeitado na sua diferença, reconhecendo-o como uma pessoa que tem determinado tipo de limitação, embora as dele sejam de consequências geralmente mais difíceis, todos têm limitações, mas que também possui seus pontos fortes. Para isso, é necessário que se abandonem os rótulos, as classificações, procurando levar em conta as possibilidades e necessidades de cada um.

A inclusão provoca mudanças nas perspectivas educacionais, pois não se limita somente aos direitos dos alunos que apresentam dificuldades na escola, mas aos de todos envolvidos no processo educacional escolar: professores, alunos, pessoas administrativas, para que obtenham sucesso no processo educacional em geral. A escola está aberta para mudanças, mas é preciso que ela tenha assegurado os apoios e recursos técnicos, materiais e financeiros para facilitar o atendimento a esses alunos (BLANCO, 1998, p. 2).

Por outro lado, os professores de classes regulares poderão utilizar os recursos disponibilizados pela Educação Especial quando tiver em sala de aula um aluno portador de necessidades educativas especiais.

Deste modo, o direito garantido na Legislação com a nova LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), deixa de forma clara os princípios constitucionais da igualdade de direito ao acesso e à permanência na escola básica, bem como do acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. Para tanto, a escola como espaço inclusivo deve considerar como seu principal desafio o sucesso de todos os alunos, sem nenhuma exceção.

O desafio proposto por uma escola de qualidade implica e rever alguns aspectos, tanto no setor administrativo como no pedagógico.

Por educação especial, modalidade da educação escolar entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais e especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (MEC/SEESP, 2001, p. 17).

Assim, o trabalho com a educação inclusiva na Unidade Escolar tem que ser direcionado a partir do seu contexto real, analisando as condições em que a escola recebe os alunos com necessidades especiais e como assegura aprendizagem, possibilitando a integração entre educação regular e especial.

Nas escolas inclusivas as pessoas se apoiam mutuamente e suas necessidades específicas são atendidas por seus pares, sejam colegas de classe, de escola ou profissionais de áreas. A pretensão dessas escolas é a superação de todos os obstáculos que as impedem de avançar no sentido de garantir um ensino de qualidade (MADER, 1997).

Conforme Mader (1997), é necessário construir uma política de igualdade com seriedade e responsabilidade, possibilitando ações significativas e de qualidade na prática de educação inclusiva.

Há um emergente consenso de que as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ser incluídas nos planos educativos feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio para uma escola inclusiva é o de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência e desvantagens severas (SALAMANCA, 1994, p.6)

Para Mantoan (2003), reconstruir os fundamentos de escola de qualidade para todos, remete-se em questões específicas relacionadas ao conhecimento e a aprendizagem, ou seja, consideram-se que o ato de educar supõe intenções, representações que temos do papel da escola, do professor, do aluno, conforme os paradigmas que os sustentam.

Segundo Mantoan (2003), a escola inclusiva exige mudanças de paradigmas, que podem ser definidos como modelos, exemplos abstratos que se materializam de modo imperfeito no mundo concreto. Possa também ser entendida, segundo uma concepção moderna, como um conjunto de

regras, normas, crenças, valores, princípios que são partilhados em um grupo em um dado momento histórico e que norteiam o nosso comportamento, até estarem em crise, porque não nos satisfazem mais, não nos dão mais conta dos problemas que temos para solucionar.

A inclusão é um desafio, que ao ser devidamente enfrentada pela escola, provoca um compromisso com as práticas pedagógicas que favorecem todos os alunos, ou seja, uma verdadeira mudança na concepção de ensino, visando uma aprendizagem significativa e inclusiva.

É preciso romper com o modelo do ensino tradicional, em que a escola exclui os alunos, sem respeitar suas diferenças;

Nesse sentido, não existe receitas prontas, mas podemos trilhar alguns caminhos, citados por Mantoan (2003):

- Colocando como eixo das escolas que toda criança é capaz de aprender;
- Garantido tempo e condições para que todos possam aprender de acordo com as possibilidades de cada um;
- Abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados por alunos, professores, gestores e funcionários da escola;
- Estimulando, formando continuamente e valorizando o professor, que é o responsável pela aprendizagem dos alunos.
- Substituindo o caráter classificatório de avaliação escolar, através de notas e provas, por um processo que deverá ser contínuo e formativa de todo o processo de ensino e aprendizagem.

A inclusão, portanto, implica em práticas pedagógicas inovadoras visando o sucesso de aprendizagem de todos os alunos.

## **IMPORTÂNCIA DOS VALORES, PRINCÍPIOS E ATITUDES**

Segundo Sasaki (1997), a igualdade entre as pessoas é o valor fundamental quando tratamos de escolas para todos. Podemos encará-los de vários ângulos, mas em todo o sentido da igualdade não se esgota no indivíduo, expandindo as considerações para aspectos da natureza política, social, econômica.

Para Delours (1998), a igualdade não está em desacordo com o respeito às diferenças entre as pessoas, mas sim na valorização na capacidade de cada ser humano em suas realizações. Assim quando se trata de proporcionar oportunidades iguais e justas para todos, temos muito ainda por fazer nas escolas para corresponder ao princípio segundo o qual os seres humanos têm direito à dignidade, sejam quais forem as suas capacidades ou realizações. A observância deste princípio é limitada por predisposições que nos levam a responder situações ou a outras pessoas de modo desfavorável, tendo em vista um dado valor. No caso da igualdade entre pessoas, as barreiras se materializam na recusa em reconhecer e defender este valor, por meio de comportamentos, reações,



emoções e palavras. Para Delours (1998), a existência dessas barreiras comprova a cultura de desigualdade marcante nas escolas, influenciando todos os procedimentos e discursos de seus membros, chegando mesmo ao atingir os alunos e os pais. Em uma palavra, a igualdade entre as pessoas é um valor esquecido nos padrões e concepções da escola tradicional.

Conforme, Machado (2001) alguns diretores, professores e pais ainda regulam em aceitar que o perfil dos alunos mudou que as crianças e os jovens de hoje não são mais os mesmos que tiveram acesso à escola do passado, reclamando da sua origem social e alegando a influência da origem do sucesso e do fracasso escolar. O preconceito é destacado quando se trata do aluno com dificuldades para aprender por ser ou por estar deficiente, do ponto de vista intelectual, social, afetivo, emocional, físico, cultural e outros. Existem também preconceitos de alunos de raça negra, de famílias de religiões populares 'os chamados crentes', filhos de famílias desestruturadas, de mães solteiras e pais omissos, drogados e marginais

Nesse sentido, ressalta-se que apesar da escola não ser capaz de sozinha efetuar transformações sociais, é ela quem pode estabelecer os primeiros princípios de uma inclusão escolar. Portanto, a escola como espaço inclusivo, deve considerar como seu principal desafio o sucesso de todos os alunos, sem nenhuma exceção.

## **A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCACIONAL**

O envolvimento da família no processo educacional da criança é uma necessidade e de muita importância. A família deve ser orientada e motivada a colaborar e participar do programa educacional, promovendo desta forma uma interação maior com a criança. Também é fundamental que a família incentive a prática de tudo que a criança assimila.

A qualidade da estimulação no lar e a interação dos pais com a criança se associam ao desenvolvimento e a aprendizagem de crianças com necessidades educacionais especiais assim é fundamental o aconselhamento à família, que deve considerar sobretudo a natureza da informação e a maneira como a pessoa é informada, com o propósito de orientá-la quanto à natureza intelectual, emocional e comportamental.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A grande questão é que sabemos que a maioria das escolas não está preparada para a inclusão e que temos ainda muito a caminhar, mas as crianças com deficiência estão nas escolas e precisamos incluí-las. A inclusão é importante tanto para a criança com deficiências, como para qualquer outra, com ou sem necessidade educacional especial. Da mesma forma, toda e qualquer criança requer, em algum momento, ser incluída. É esse olhar que devemos ter para a inclusão, ela é inerente ao processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, para realizar a inclusão do aluno portador de deficiência na escola, é muito importante

levar conhecimento sobre o espectro e sobre a criança para toda a equipe. Sensibilizar não só os professores, mas as pessoas que cuidam da limpeza, da alimentação, da secretaria.

Em suma, toda a comunidade da escola tem que saber sobre todas as deficiências, como elas se manifesta e como aquela criança se comporta em determinada situação. A escola deve ser um ambiente de combate de todas as formas de preconceito que, muitas vezes, estão relacionadas à falta de informação.

## REFERÊNCIAS

BLANCO, Maria Rosa. **Ensaio pedagógicos-construindo escolas inclusivas**. Brasília: MEC, SEESP, 1998.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Rio de Janeiro: FAE, 1989.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca**. Brasília, DF: UNESCO, 1994.

\_\_\_\_\_. **Declaração Mundial sobre Educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jointem /Tailândia, 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Os direitos das pessoas portadoras de deficiência**. Brasília, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, 1996.

DELORS, Jaques (Org) **Educação um tesouro a descobrir – relatório para a comissão internacional sobre educação para o século XXI**. São Paulo: Cortez, 1998.

GLAT, R. **A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Agir, 1995.



MADER, Gabrielle. **Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma.** São Paulo, Memnon, 1997.

MACHADO, Nilson José. **Pensando e fazendo educação de qualidade.** São Paulo: Moderna, 2001.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO – Organização das nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura / Ministério da Educação e Ciência da Espanha / Coordenadoria nacional para Integração da pessoa portadora de deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília, 1994.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.